

Mapeando o deslocamento dos povos indígenas em meio as romarias para Juazeiro do Norte, Ceará

Cassio Expedito Galdino Pereira
Universidade Federal de Pernambuco

Maria Raynara de Brito Macedo
Universidade Regional do Cariri

Fabiana Gonçalves de Souza
Universidade Regional do Cariri

Francisco Joedson da Silva Nascimento
Universidade Federal de Goiás

Emerson Ribeiro
Universidade Regional do Cariri

RESUMO

A formação socioespacial de Juazeiro do Norte, localizada no sul do Ceará, possui sua origem intrínseca com a religiosidade. Conhecida popularmente como terra da Mãe de Deus, há um contínuo e significativo adensamento populacional pelas romarias, impulsionando práticas simbólicas do catolicismo popular. As romarias se iniciaram no final do século XIX, ampliando o fluxo de pessoas para a cidade, dentre as quais indígenas romeiros, que protagonizam deslocamentos e circuitos ritualísticos. No entanto, a presença destes raramente foi alvo de pesquisas. Assim, neste trabalho temos como objetivo apresentar os resultados advindos de um projeto de extensão, apoiado pela Universidade Regional do Cariri, a respeito dos deslocamentos e circuitos ritualísticos dos povos indígenas presentes nas romarias. O foco do projeto foi mapear as diferentes etnias indígenas do Nordeste que se deslocam para as romarias na referida cidade. Os procedimentos metodológicos foram divididos em três etapas, sendo referencial teórico, estudo em campo e produção cartográfica com relatório sobre as etnias que se deslocam. As informações levantadas por meio desse contato, foram unidas à pesquisa bibliográfica, proporcionando o mapeamento e as discussões que apresentamos neste texto. Dessa forma, a pesquisa possibilitou uma análise socioespacial das presenças destes povos, levantando breves notas sobre aspectos religiosos.

Palavras-chave: Povos Indígenas; Romarias; Religião; Mapeamento.

Mapping the displacement of indigenous peoples amidst the pilgrimages to Juazeiro do Norte, Ceará

ABSTRACT

The socio-spatial formation of Juazeiro do Norte, located in the south of Ceará, has its origins intrinsic to religion. Popularly known as the land of the Mother of God, there is a continuous and significant population density due to pilgrimages, driving symbolic practices of popular Catholicism. The pilgrimages began at the end of the 19th century, increasing the flow of people to the city, among them indigenous pilgrims, who take part in movements and ritual circuits. However, their presence has



rarely been the subject of research. Thus, this work aims to present the results arising from an extension project, supported by the Regional University of Cariri, regarding the movements and ritual circuits of the indigenous peoples present in the pilgrimages. The focus of the project was to map the different indigenous ethnic groups from the Northeast that travel to the pilgrimages in the aforementioned city. The methodological procedures were divided into three stages: theoretical reference, field study and cartographic production with a report on the ethnic groups that moved. The information gathered through this contact was combined with bibliographic research, providing the mapping and discussions that we present in this text. In this way, the research enabled a socio-spatial analysis of the presence of these peoples, raising brief notes on religious aspects.

Keywords: Indigenous Peoples; Pilgrimages; Religion; Mapping.

Mapeo del desplazamiento de los pueblos indígenas en medio de las peregrinaciones a Juazeiro do Norte, Ceará

RESUMEN

La formación socioespacial de Juazeiro do Norte, ubicada en el sur de Ceará, tiene su origen intrínseco en la religiosidad. Conocida popularmente como la tierra de la Madre de Dios, se produce un continuo y significativo aumento poblacional debido a las romerías, impulsando prácticas simbólicas del catolicismo popular. Las romerías se iniciaron a finales del siglo XIX, aumentando el flujo de personas a la ciudad, incluidos peregrinos indígenas, que participan en viajes y circuitos rituales. Sin embargo, su presencia rara vez ha sido objeto de investigación. Por lo tanto, en este trabajo pretendemos presentar los resultados surgidos de un proyecto de extensión, apoyado por la Universidad Regional de Cariri, sobre los desplazamientos y circuitos rituales de los pueblos indígenas presentes en las peregrinaciones. El objetivo del proyecto fue mapear las diferentes etnias indígenas del Nordeste que realizan peregrinaciones en esa ciudad. Los procedimientos metodológicos se dividieron en tres etapas, siendo el referente teórico, el estudio de campo y la producción cartográfica con un informe sobre las etnias que se desplazan. La información recopilada a través de este contacto se combinó con la investigación bibliográfica, proporcionando el mapeo y las discusiones que presentamos en este texto. De esta manera, la investigación permitió un análisis socioespacial de la presencia de estas personas, levantando breves apuntes sobre aspectos religiosos.

Palabras clave: Pueblos indios; Romerías; Religión; Mapeo.

EXÓRDIO

Nas últimas três décadas têm ocorrido transformações no debate científico, trazendo novas perspectivas e olhares sobre a realidade social. No campo da cartografia, com os movimentos da virada espacial e a virada visual ocorrendo, há um tensionamento por grupos marginalizados, silenciados e excluídos para repensar os modos como estes servem a manutenção do status quo e o apagamento do social (Pereira, 2018). Nesse sentido, abordagens emergentes surgem para trazer à tona o poder dos mapas para a insurgência e manifestação religiosa, a fim de comunicar fatos e fenômenos dos movimentos e grupos religiosos no espaço (Seemann, 2014).

Cabe salientar que os mapas são de suma importância para as representações socioespaciais e culturais. No entanto, há a ausência de mapeamento de lugares, saberes e fazeres de povos, como os indígenas, além de ser um tema pouco discutido em pesquisas acadêmicas, levando ao apagamento dos dilemas socioespaciais. Isso pode ser vislumbrado ao



analisar sobre os povos originários, que são constantemente marginalizados e excluídos dos mapeamentos contemporâneos.

Partindo dessa conjectura, nota-se a necessidade de visibilizar a presença dos povos indígenas a partir da produção cartográfica. Para tanto, tendo como lócus de estudo as romarias de Juazeiro do Norte, este trabalho¹ objetiva mapear as diferentes etnias indígenas do Nordeste que protagonizam este fenômeno. Essa pesquisa torna-se relevante visto o seu impacto na promoção da visibilidade da população indígena, através do qual as informações e saberes colhidos são fonte para a compreensão acerca da diferença étnico-cultural presente nas já conhecidas romarias. Dessa maneira, justifica-se a necessidade de mapear a presença e os deslocamentos dos povos indígenas romeiros para a preservação e promoção dos conhecimentos sobre os deslocamentos para o município de Juazeiro do Norte-CE.

O TERRENO - ENTRE PARCERIAS E CRIAÇÃO DE MAPEAMENTOS

Para alcançar o resultado dessa pesquisa foi necessário empregar as noções do mapeamento enquanto processo e narrativa, fazendo uso de levantamento bibliográfico, estudo de campo nas romarias e coleta de dados advindos de frente do movimento indígena. É notório que a expressão mapeamento enquanto processo e narrativa busca trazer aspectos e dados da dimensão social de sujeitos, movimentos sociais ou entidades. Porém, para tomar uma dimensão participativa, se fez parceria com lideranças, movimentos sociais e/ou entidades, tendo o intuito de fazer estes mapeamentos fora do status quo predominante.

De tal modo, com o ideário de trazer a espacialidade desses sujeitos marginalizados, silenciados e excluídos, não se toma os mapas e mapeamentos como produtos acabados para comunicar sobre o fenômeno, mas como processos (Kitchin, Perkins, Dodge, 2009) e narrativas (Pereira, 2019). Assim, por mapas e mapeamentos como processos entendemos estes como colaborativo, tendo o contexto social do leitor reconhecido e conhecimentos explorados (Kitchin, Perkins, Dodge, 2009). E o ato de fazer mapas é impulsionar uma narrativa espacial do vivido, levando o mapa ser um ponto de partida (Seemann, 2013) para entender as histórias e mobilizações (Pereira, 2019).

Tomado esse propósito, foi necessário fazer aprofundamentos teóricos sobre cartografia crítica social, geografias dos povos indígenas, catolicismo popular e romarias. Ao mesmo tempo, foram feitas parcerias com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e lideranças indígenas para saber sobre os deslocamentos dos indígenas romeiros. A partir dessas duas entidades foi possível levantar informações sobre os povos indígenas que fazem romarias para Juazeiro do Norte, bem como ter contato com as práticas religiosas desses nas romarias de Nossa Senhora das Dores (15 de setembro) e Finados (29 de outubro a 02 de novembro). Por fim, foi feito um primeiro mapa para mostrar as informações até o momento conseguida dos movimentos de origem dos indígenas para as romarias, bem como documentações e ações para melhorias e fortalecimento dos povos indígenas, ficando disponível na Organização dos Povos Indígenas da Serra do Catolé - ORPINC.

¹ O presente trabalho foi desenvolvido a partir de projetos de extensão do curso de Geografia Universidade Regional do Cariri – URCA.



BALDRAME - INDÍGENAS ENTRE DESAPARECIMENTO E RESSURGIMENTO

Durante o processo de avanço da colonização no Nordeste, os povos indígenas foram por muito tempo invisibilizados sobretudo a partir do século XIX. Inicialmente, os povos indígenas foram silenciados através do discurso do “desaparecimento” destes, através de argumentações envoltas nas noções de mestiçagem e “mistura”, e posteriormente, há o “ressurgimento”, quando começam suas reivindicações e autorreconhecimento enquanto indígenas (Benites e Silva, 2021).

Para entender o ‘processo de extinção’ observa-se o seu primeiro movimento, a partir da segunda metade do século XVII, sob motivação dos aldeamentos forçados pelas missões religiosas, conforme considera Benites e Silva (2021). Para esse autor, nos séculos XVIII e XIX ocorreram profundas mudanças ocasionadas pela instituição do Diretório Pombalino e a Lei de Terras de 1850. Também ele salienta que no período imperial houve importantes processos que culminaram em alterações do discurso acerca dos povos indígena em meio às tomadas de decisões políticas à época.

Assim, Benites e Silva (2021) considera que houve o direcionamento do olhar de políticos e intelectuais vinculados a elite para a reflexão e discussão do tema e título “índio bravo”, que outrora eram sinônimos de força contrária ao processo de expansão da colonização e exploração das terras ocupadas por estes povos. Buscava-se com os aldeamentos e casamentos de indígenas com pessoas brancas construir outra categoria de índios, os chamados “avassalados” ou “mansos”, sendo estes postos como civilizados (Oliveira, 2016).

O segundo movimento se deu pelo ressurgimento através da organização sociopolítica dos povos e movimentos indígenas, conforme Silva (2021). O autor exemplifica com o caso do povo Fulni-ô em Pernambuco, que em 1920 reivindicou oficialmente o reconhecimento da identidade indígena, através dessa ação, passaram a ser atendidos pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Os que outrora não eram reconhecidos na região, configurando assim um “novo surgimento” de modo a reconstruir as expressões socioculturais do passado (Oliveira, 1998).

Através das transformações do cenário social e político no Brasil a partir de 1980, percebe-se que os povos indígenas vêm conquistando cada vez mais, notoriedade política. Esse processo situa-se em um contexto histórico de negação e de organização sociopolítica dos povos indígenas no Nordeste brasileiro, que se intensifica a partir da segunda metade do século XX: “Na década de 50, a relação de povos indígenas do Nordeste incluía dez etnias; quarenta anos depois, em 1994, essa lista montava a 23” (Oliveira, 1998, p. 47).

Profundamente impactados pela Ditadura Militar, esses grupos sociais envolveram-se numa ampla articulação política no Brasil, participando ativamente da construção de forças que irromperam a abertura política no país. Nesse contexto, a população indígena no Brasil aparece politicamente marcando sua diferença perante a sociedade nacional. Culturalmente distintos e diversos entre si, estes constroem uma plataforma política com base em demandas comuns, costuradas através de uma identidade ‘supra-étnica’ (Santos, 2019).

Estas mobilizações tiveram como reflexo a criação de órgãos e normativas pelo Estado e pela Igreja Católica, a exemplo da aprovação do Estatuto do Índio em 1973 pelo governo



federal e a criação do Conselho Indigenista Missionário-CIMI pela Igreja Católica em 1972 e em 1980, os povos indígenas fundam uma entidade de cunho pluriétnico e nacional, a União das Nações Indígenas-UNI (Sampaio, 2011). Essas situações podem ser consideradas como marcos da organização social e política da população indígena no Brasil.

De tal forma, os povos indígenas se apropriaram de várias estratégias de resistência, dentre elas as mobilizações em torno do catolicismo popular. Este, de acordo com Oliveira (2019) surge em contraponto ao catolicismo europeu, onde os grupos marginalizados se apoderam e ressignificam os símbolos disseminados pelos missionários, tendo em vista as suas próprias matrizes religiosas. Nesse contexto, as romarias e peregrinações são revestidas de significativa importância, sendo constituídas por uma massa explorada e desapropriada pela estrutura latifundiária, composta também pelos povos indígenas.

Visto isso, além das romarias se constituírem enquanto uma forma de preservar a identidade espiritual e cultural de determinados povos, também contribui para fortalecer sua luta e o reconhecimento da diversidade étnica presente, bem como sua autonomia em relação às suas manifestações. Além disso, representam uma das maneiras de resistência empreendidas pelos povos indígenas, tendo em vista os processos de opressão vividos desde a colonização. Assim, os indígenas romeiros são grupos étnicos que realizam deslocamentos e peregrinações religiosas em várias partes do Brasil, como no município de Juazeiro do Norte, visitando locais considerados sagrados e realizando rituais que envolvem a fé e suas matrizes religiosas.

De acordo com Mura (2013, p. 256), as práticas dos grupos de povos indígenas no Nordeste, como os Pankararu, estão associadas aos cultos do catolicismo arcaico disseminados pelos missionários e embora não haja registros de coletividades indígenas, não se pode descartar sua presença nesses movimentos religiosos. Dessa forma, compreende-se que acabaram fundindo suas tradições com as impostas pela igreja católica, pois nos aldeamentos jesuítas suas línguas, culturas e religiões, foram reprimidas em favor das práticas e tradições dos colonizadores.

Nessa perspectiva, as origens de indígenas romeiros devem estar associadas aos processos de catequização, visto que “muitos povos indígenas espontaneamente procuravam os aldeamentos, para escapar da violência e escravidão cada vez mais impostas pelos colonizadores” (Farias, 2009, p. 57). Diante disso, atualmente diversos povos indígenas vão em romaria a Juazeiro do Norte, para agradecer ou pagar alguma promessa. Nesse período, realizam percursos rituais, em que se deslocam de suas comunidades até o santuário de devoção, como forma de tradição do catolicismo popular.

Nestes espaços, compartilham as próprias práticas rituais e os conhecimentos, que vão estabelecendo nessas experiências, muitas vezes identificando-se ou não, enquanto indígenas (Mura, 2008). Portanto, apesar de participarem historicamente dos movimentos do catolicismo popular, protagonizando deslocamentos e circuitos ritualísticos, a presença dos indígenas romeiros, é raramente discutida em pesquisas. Cabe ressaltar, como Nascimento (2023) afirma, a mobilidade socioespacial mostra que há uma busca de equilíbrio-estabilidade dos povos indígenas com o território, seja pensando nos recursos disponíveis ou demandas do território. Logo, os motivos de haver deslocamento dos indígenas são variados. Na maioria das vezes no



Nordeste brasileiro é destacado o fator da seca (Pereira, 2019). No entanto, alguns estudos trazem outros pontos que motivam os indígenas a se deslocarem.

Carvalho (2013, p. 101, grifos nossos), ao estudar os Guaranis da grande bacia do Prata, estabelece horizontes para pensar determinantes socioculturais que levam ao deslocamento espacial dos indígenas:

(...) – **um, pelas próprias relações de parentesco**, que envolvem vários fatores: – a busca de casamentos com indivíduos pertencentes a outras aldeias; – **a formação de famílias numa ou outra aldeia**; as visitas aos parentes em outras aldeias que podem durar meses ou anos; e ainda, a mudança pelas famílias de uma para outra aldeia; nesse contexto trocam-se também informações, pajelanças, medicamentos, sementes, também se dá os encontros de lideranças, entre outras formas de reciprocidade; – **o outro aspecto, de arcabouço sócio-religioso**, se dá pela procura mitológica (espiritual) e terrena (ecológica) da “Terra sem Males”, como é denominada por eles Yvy-marã ei, e, fartamente descrita por levantamentos etnográficos desde o século XVI.

Ao definir esses três aspectos, se pode ter um panorama sobre a dimensão material e imaterial que leva a mobilidade dos indígenas. Em nosso entendimento, tais fatores não devem ser vistos de formas isoladas, pois os indígenas não possuíam fronteiras fixas sobre o que é seu território e territorialidade. Como bem coloca Rodrigues et. al. (2023, p. 123), “a questão da territorialidade abrange diferentes temporalidades, bem como representa a conexão como identidade originária dos povos indígenas, além de fundamentar uma estratégia nos processos organizacionais e discursivos desses povos”. O mundo das encantarias, das ancestralidades, dos parentescos e as estratégias de organização do seu modo de vida estão mutuamente interligadas. Porém, com o avanço da colonização portuguesa e silenciamento dos povos indígenas, as relações parentesco, formação de novos núcleos e arcabouço sócio-religioso é visto de forma separada e muitas vezes distinta.

Baseado em Oliveira (2019), entendemos que os motivos para o deslocamento dos indígenas nas romarias de Juazeiro do Norte não devem estar presa apenas nos ideários da religião, mas deve ver esses três aspectos apontados acima. São esses que constituem tanto o contexto cultural do grupo em questão, como a forma da espacialidade produzida, que conforme o autor, nos mostra que o catolicismo popular em Juazeiro do Norte tem profunda relação com distintos acontecimentos e personalidades.

Salienta-se que as romarias em Juazeiro do Norte estão associadas à sua formação socioespacial, a qual cresce seguindo as atividades sacerdotais da igreja católica, como o catolicismo popular. Segundo Barbosa (1994), as primeiras bases de povoamento, do município, se fixaram em torno de uma capelinha, na primeira metade do século XIX, local onde viria a ocorrer em 1889, ‘os eventos do “milagre” protagonizado pelo Padre Cícero e pela Beata Maria de Araújo. Assim, denominado “o milagre da hóstia”, foi um fato histórico determinante para desencadear as romarias e fazer a cidade crescer. Foi, então, a partir desse fenômeno que se ampliaram os fluxos migratórios no município, aumentando consideravelmente, os fenômenos de peregrinações e romarias.

Dessa maneira, a participação na romaria é um ato performático público, corroborando com fartos sentidos e motivações identitárias, suplantando as fronteiras étnicas (Mura, 2008).



Sobre isso, Antunes (2016a) argumenta que pela violência da colonização, onde indígenas eram proibidos de realizarem suas manifestações culturais e religiosas, mobilizaram as práticas do catolicismo para atender seus interesses, defendendo seus direitos e lutando por seus desejos. Em outras palavras, os povos indígenas que participam da romaria geralmente mantêm suas próprias tradições culturais, incluindo cantos, danças e rituais, que são incorporados às celebrações religiosas. Além disso, a romaria também é uma oportunidade para os povos indígenas se encontrarem e trocarem experiências e conhecimentos sobre suas culturas e tradições.

Antunes (2016b, p. 56) coloca:

O uso da identidade de “cristão” aponta para mais uma faceta na definição do que é ser índio no século XIX. No Ceará oitocentista, o índio utilizou da prerrogativa de cristão com o intuito de remodelar as relações desfavoráveis a que estavam sujeitos. Ou, melhor dizendo, os índios souberam utilizar da sua imposta adesão ao catolicismo para ressignificar sua condição de existência na sociedade. Longe de serem passivos em sua história, os povos indígenas valeram-se do lugar social de cristãos para sobreviverem e transitarem dentro do universo da Colônia e do Império brasileiro. Dessa forma, esse trabalho pretende argumentar sobre os significados da adesão à fé católica para os povos indígenas, percebendo-a como mais uma possibilidade de abrir frestas e espaços de participação na sociedade circundante.

Ao analisar a mobilidade religiosa dos povos indígenas Pankararu para Juazeiro do Norte, Mura (2008) argumenta que o deslocamento se motiva no sentido experiencial e com valores morais de reiterações e (re)construções do espaço sagrado. Para ela, o motivo do indígena ser romeiro se origina pela ligação do ideário disseminado de local sagrado pelas curas, bênçãos e conselhos. Tais fatos só se perpetuaram pela *communitas* normativas (Mura, 2008), que nada mais é do que buscar os objetivos pela construção de mecanismos de controle social. Essas se formam com a ideia de haver um padrinho e uma madrinha, como mãe Dodô.

Mãe Dodô, ou Madrinha Dodô, foi uma importante líder espiritual e religiosa na região do Cariri cearense e apesar de ter falecido em 2009, sua casa, localizada na Serra do Catolé em Juazeiro do Norte, conhecida como "Casa de Mãe Dodô", ainda é um local de grande importância espiritual e cultural para muitas pessoas na região, especialmente para os indígenas romeiros. A casa também abriga um pequeno museu com fotografias e objetos que contam a história da vida de Mãe Dodô e da Tenda Espírita Santa Bárbara, outro importante centro de culto afro-brasileiro que também acolhia principalmente negros e indígenas da região. Lá, os visitantes podem encontrar elementos de culto relacionados à rituais afro-brasileiras e indígenas, como imagens de santos, velas, tambores, instrumentos musicais e artesanatos.

A visita dos indígenas romeiros à Casa de Mãe Dodô possui importante significado espiritual e cultural, uma vez que permite um momento rico de experiências e trocas para fortalecer os rituais afro-brasileiros e indígenas, além de honrar a memória e a contribuição de uma líder religiosa respeitada na comunidade local. Mura (2013), afirma que os indígenas romeiros enfatizam muito a questão do padrinho e da madrinha, como Mãe Dodô, entendendo-lhes enquanto figuras divinas que incentivaram a desenvolver diferentes cultos para reconhecer o valor, bem como incentivar a dimensão econômica para preservar o bom êxito dos eventos rituais, levando cada núcleo de famílias a reproduzir esses conhecimentos. Logo, indígenas



romeiros, das diversas etnias e regiões do Nordeste, são importantes protagonistas nas romarias de Juazeiro do Norte, embora tenham pouca ou nenhuma visibilidade.

Partindo desse viés, é emergente debruçar-se sobre as práticas e tradições dos povos indígenas para sua valorização, salvaguarda e visibilidade. Porém, como fazer isso? Uma das táticas pode ser o uso do mapeamento temático (social). Segundo Casti (2003), a cartografia busca aproximar o ser humano intelectualmente do mundo. Para ela, os mapas são considerados como uma forma de linguagem sofisticada, que dia após dia está ganhando mais espaço e mais formas de ser representada e colocada em prática no cotidiano.

Palsky (2013) considera que com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, mais precisamente a web 2.0 e o computador pessoal, surgiu uma cartografia indisciplinar, que não seguia mais os ditames do cartógrafo, mas o que a sociedade clamava. Crampton e Krygier (2008) consideram que este fato leva os mapas e mapeamentos saírem das mãos das elites poderosas para a sociedade fornecer e explorar informações que antes eram periféricas ou excluídas dos debates sociais, tendo uma cartografia contemporânea em curso. Nesse sentido, há novas arenas surgindo para explorar o ato de mapear, colocando como centro a inclusão da sociedade, das técnicas, métodos, bem como o papel das (geo) tecnologias.

Salienta-se que a inclusão da sociedade na participação no mapeamento é marcada por dois momentos, conforme afirma Souto (2021), nos quais ambos buscam aumentar a participação efetiva dos membros da comunidade para tomadas de decisões. Segundo a autora, em 1988, com a publicação do *Participatory Learning and Action* (PLA), o qual já inclui experiências envolvendo o uso de sistema de informação geográfica participativo (*Participatory Geographic Information System*, PGIS), e em 2005 com a *Mapping for Change International Conference*, realizada em Nairobi. A partir desta conferência, percebeu-se as influências que a prática do mapeamento com PGIS pode trazer para os grupos marginalizados da sociedade, como “i) o aumento da capacidade em gerar, manejar e comunicar informações espaciais; ii) o estímulo à inovação e iii) o encorajamento das mudanças sociais positivas” (Souto, 2021, p. 16). Posto isso, Souto (2021) coloca que os aspectos da inclusão da participação da sociedade no ato de mapear, tendo em vista que os mapas são caracterizados por uma produção em que há uma ligação dos participantes.

No entanto, Seemann (2014) destaca que essas preocupações colocam em debate “uma preocupação mais profunda com questões técnicas, perceptivas e cognitivas da comunicação cartográfica do que uma avaliação dos fenômenos para ser mapeado”, fazendo não ser o ponto central na discussão sobre mapas e mapeamentos da religião. Devemos pensar como centralidade é a comunicação dos fatos e fenômenos, sendo o mapa um ponto de partida para debates sobre as motivações e dilemas que ocorrem no espaço. Desse modo, mapear sobre religião é abrir uma discussão profunda do assunto, trazendo novas perspectivas, teorias e rumos para a nossa realidade.

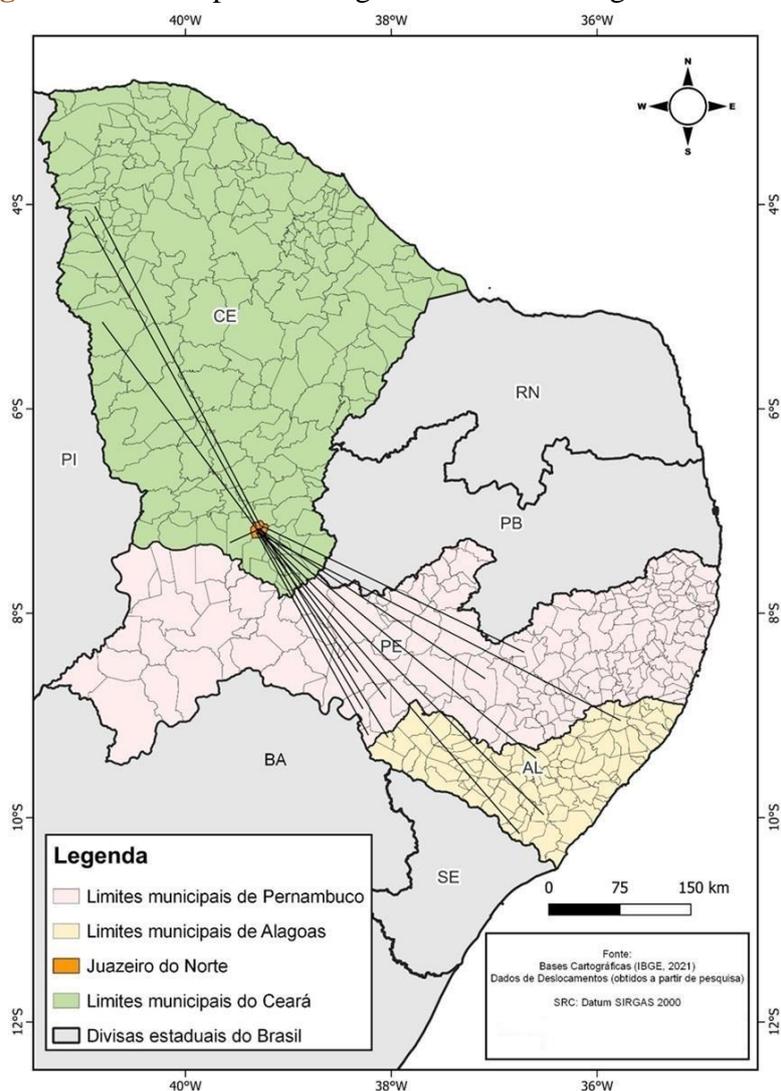
Assim, Seemann (2013) aponta que mapa é um ponto de partida para adentrar questões que nos levem a uma ampla reflexão, como o reconhecimento dos grupos que são marcados pela marginalização da sociedade, que é o caso dos indígenas romeiros. Logo, a elaboração do mapa feito sobre os deslocamentos não deve ser visto como um produto pronto e acabado

(Seemann, 2013), mas como meio de refletir a presença destes povos. Por meio dessa estratégia metodológica, teremos facilitações para começar a compreensão dos povos que se deslocam em romaria para Juazeiro do Norte, tratando de suas diversidades e dos aspectos que os levam a realizar deslocamento.

EM PROCESSO - POVOS INDÍGENAS NAS ROMARIAS

Como resultado desta pesquisa, apresentamos um mapeamento dos municípios de origem dos povos indígenas que participam das romarias em Juazeiro do Norte, Ceará. Através deste mapa indicamos um ponto de partida para compreender quem são esses sujeitos-coletivos que se deslocam, não trazendo respostas prontas e acabadas. Logo, o mapa 1 nos possibilita trazer algumas respostas e questionamentos sobre o contexto pesquisado.

Figura 1 – Municípios de Origem dos Povos Indígenas Romeiros



Fonte: Dados da pesquisa (2022-2023); Dados da pesquisa (2022-2023); Elaboração pelas(os) autoras(es).



Com base nos dados coletados e apresentados a partir da construção do mapa, é possível identificar os diversos aspectos que englobam a dinâmica dos deslocamentos dos indígenas romeiros para o epicentro da romaria que é o município de Juazeiro do Norte-CE, destacando aspectos importantes como: os estados e os municípios de onde esses povos se deslocam, como também, as etnias indígenas que cada grupo pertence.

Neste mapa é visualizado o deslocamento que os povos indígenas realizam em romaria para Juazeiro do Norte, no qual enfocamos especificamente no recorte espacial da região do Nordeste, com destaque para três estados a partir da legenda do mapa 1: Alagoas em amarelo, Pernambuco em rosa e o Ceará em verde. É importante ressaltar que, certamente há outros povos que realizam esse fenômeno além dos que destacamos no presente trabalho, no entanto, a partir da coleta de dados feita durante o desenvolvimento desta pesquisa, conseguimos identificar apenas as etnias que serão destacadas no quadro 1.

Quadro 1 – Povos indígenas romeiros que se deslocam para Juazeiro do Norte, Ceará

Estado	Município	Povo
Alagoas	Palmeiras dos Índios	Xucuru-Kariri
	Joaquim Gomes	Wassu-Cocal
	Porto Real do Colégio	Kariri-Xokó
	São Sebastião	Karapotó
	Pariconha	Jeripankó
Pernambuco	Petrolândia, Jatobá e Tacaratu	Pankararu
	Buíque	Kanipawá
	Pesqueira	Xukuru do Ororubá
	Floresta	Pankará da Serra do Arapuá
Ceará	São Benedito e Carnaubal	Tapuya-Kariri
	Crateús	Potyguara, Kalabaça e Tabajara
	Crato	Kariri

Fonte: Dados da pesquisa (2022-2023); Elaboração pelas(os) autoras(es).

Identificamos então que, advindos do estado alagoano é confirmado a presença de cinco municípios sendo estes, Palmeiras dos Índios, Joaquim Gomes, Porto Real do Colégio, São Sebastião e Pariconha, onde se deslocam para Juazeiro do Norte respectivamente os povos Xucuru-Kariri, Wassu-Cocal, Kariri-Xokó, Karapotó e Jeripankó. Sobre os Xucurus-Kariri, vivem no município de Palmeira dos Índios, no estado de Alagoas, eles estão distribuídos entre comunidades indígenas, em terras que, mesmo sendo comprovadas enquanto indígenas, há luta pela demarcação das mesmas. Porém, ainda tem uma parcela desses povos que vivem nas periferias da cidade de Palmeiras dos Índios.

Ao todo, são aproximadamente 3.500 indígenas que se encontram nesta cidade alagoana desde a colonização portuguesa e por meio da miscigenação entre os povos Xucuru de Pernambuco e os Kariri pertencentes a região do Baixo São Francisco, entre Porto Real do Colégio e Sergipe (Silva, 2015). Conforme Martins (1993), os Xucurus-Kariri possuem suas ligações com o catolicismo através do Pe. Alfrêdo Dâmaso que, juntamente com Carlos Estêvão



de Oliveira, reconheceu oficialmente os indígenas presentes em Palmeiras dos Índios. Assim, muito antes do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), a Igreja já auxiliava no projeto de ensinamento e aldeamento dos povos que ali habitavam.

Dessa forma, é notório que a atuação dos padres foram cruciais para manutenção de condições básicas para resistência desse povo, como bem explicita Martins (1993, p. 48), pois se conseguiu “vários benefícios (alimentos, sementes para plantios, instrumentos agrícolas, etc.)”. Dessa forma, graças a destruição feita pelo próprio Estado e Igreja, os Xucuru-Kariri ficaram à mercê ou alienados pelo discurso de salvação, tendo até surgimento de empreendimento econômico para tornar o indígena civilizado. Dessa forma, o imaginário espacial constituído foi de Juazeiro do Norte como a nova Jerusalém, onde padrinho ia para orientar e demandar. Desse modo, a mistura de festejos e práticas do catolicismo com as práticas religiosas e espirituais dos Xucuru-Kariri se convergem ao longo do tempo e são realizadas em conjunto. Tais situações são semelhantes aos Kariri-Xocó, mas estes também resistiram e (re)apropriaram com o catolicismo popular, conforme Gilberto Ferreira (2016).

Os Kariri-Xocó se localizam na cidade de Porto Real do Colégio, no estado de Alagoas, com uma população estimada em aproximadamente 2.500 integrantes (Mata, 2018). A fonte de renda deste povo é baseada na força de trabalho realizada nas variadas atividades de agricultura e pecuária, além dos seus artesanatos, que acabam contribuindo para a valorização de seus saberes/fazeres. As questões religiosas desse povo, nas palavras de Silva (2000, p. 321, grifos nosso):

Os Kariri-Xocó são consequência (sic) de aldeamento missionário; foram submetidos à catequese e ao trabalho doutrinário ao longo de séculos. É natural, portanto, que se considerem católicos, porém o pajé do grupo faz uma ressalva: "Eu não gosto muito de frequentar (sic) a igreja, lá existe muita coisa errada e não podemos dizer nada. Na minha área eu sou o padre, o que eu vejo de errado eu reclamo, lá não. Como quem cala consente, eu prefiro assistir a (sic) missa pela televisão" (Queiroz out.97).

Essa perspectiva é algo similar em todas as etnias analisadas, sendo que algumas possuem maiores divergências ao catolicismo, como é o caso dos Kariri-Xocó, mas há outras etnias que conseguem sincretizar suas práticas religiosas e rituais, como são os Wassu-Cocal. Essa etnia se situa na cidade de Joaquim Gomes, ainda no estado de Alagoas, mas há também algumas aldeias ou indígenas situados em outras cidades próximas. Os povos Wassu-Cocal contam com uma população de aproximadamente 2.234 pessoas, dos quais alguns fazem da agricultura seu meio de sustento, como plantações de milho, feijão e da criação de bovinos, ovinos e outros para posteriores vendas, além de alguns viverem do corte de cana-de-açúcar em fazendas que ficam nas proximidades (Oliveira, 2017).

É histórica a luta por resistência dos povos Wassu-Cocal, mas se intensificou cada vez mais nas últimas décadas, onde depois dos maiores conhecimentos em torno dos direitos dos indígenas se inicia outra luta incansável pela preservação e valorização da sua cultura e de suas terras. Como forma de resistência, manter suas tradições e sobretudo garantir a posse de suas terras, estratégias precisaram ser traçadas por eles, a mais impactante foi a inserção da cultura indígena nas escolas, além da tentativa incessante em reviver a religião e as crenças por eles



defendidas (Bodart et al., 2019). Dessa maneira, também praticando o catolicismo popular fruto da colonização, trazendo agentes e missionários para catequizar os nativos que ali viviam. Nesse sentido, corroborando com os resultados já demonstrados por Oliveira (2017), os indígenas Wassu-Cocal se reconhecem como católicos e praticam seus rituais juntamente com as manifestações postuladas pela Igreja. E a ligação com padre Cícero é tão forte, levando um dos templos católicos do território Wassu-Cocal, uma capela, ser nomeado Padre Cícero, localizando-se em Santa Cecília (Oliveira, 2017). Dessa forma, há uma enorme devoção por Padre Cícero e, conseqüentemente, todo ano há Wassu-Cocal nas romarias.

Muitos desses indígenas possuem uma ligação do catolicismo com as práticas religiosas e rituais indígenas adentram o campo da formação da identidade. Tais fatos são marcantes nos Karapotó, localizados na aldeia Karapotó Plaki-ó e no povoado Nova Terra, ambos no município de São Sebastião em Alagoas, que buscam na religião formas de trazer suas emoções, bem como revelar seus anseios pelo direito à terra (Melo, 2009). Para Ana Laura Ferreira (2016), mesmo pelo processo histórico de deslocamento forçado dos Karapotó saírem de Porto Real do Colégio, ainda há uma união para informação, rituais e solidariedade entre os povos indígenas com os Kariri-Xocó. Essa situação leva a busca de reivindicações, como a escola indígena, saúde, entre outras infraestruturas que necessitam.

Outros indígenas romeiros que se deslocam de Alagoas até Juazeiro do Norte são os Jeripankó, que vivem na zona rural de Pariconha. Sendo tronco dos Pankararu aldeamento Brejo dos Padres, os Jeripankó mantêm diversas práticas ritualísticas para se aproximar dos encantados, dentre as quais o Toré, Festa do Umbu e ritual Menino do Rancho². Um ponto a se destacar é que as mulheres e homens dessa etnia, bem como o seu tronco (Pankararu), possuem uma aproximação forte com as romarias pela devoção a Nossa Senhora e padre Cícero. Aqui estes procuram aconselhamentos com seus circuitos ritualísticos, tomando a Casa de Mãe Dodô como um ponto de encontro e energização com os encantados.

Sobre os Pankararu, estes tiveram sua terra homologada em 1987, está localizada entre os alguns municípios do sertão pernambucano, próximo ao rio São Francisco, como em Petrolândia, Jatobá e Tacaratu (Arrutti, 2023). Estes possuem o Toré como centro do complexo de seu ritual, tomando a aproximação com o mundo dos encantados como meio de conectar e se orientar nas práticas do mundo vivido. Dessa forma, mais do que cuidados espirituais, seus rituais possuem um contexto político para articular seus direitos de entender e ver o mundo. Nesse sentido, os encantados devem ser incorporados nos Praiás, que são vestes sagradas usadas pelos homens que devem seguir uma série de restrições. Sobre isso, Rodrigues e Peixoto (2016, s./p.) salientam que os homens precisam “ficar sem ter qualquer relação sexual, sem ingestão de álcool por alguns dias antes e depois do ritual. O traje sagrado é dividido em seis partes que são denominadas de Penacho, Cinta, Rodela, Máscara ou Tunã, Saiote e Maracá”.

Na Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil (2018) vemos que até o começo dos anos de 1980 não eram reconhecidos oficialmente como povos indígenas muitas etnias, ocupando de forma livre e tradicional as terras na área de transição entre o Agreste e o Sertão de Pernambuco, como no município de Buíque e seu processo de reconhecimento foi longo e marcado por vários

² Para saber mais informações, veja os trabalhos disponíveis em: https://anaind.org.br/povos_indigenas/jeripancho/.

conflitos, tanto com posseiros e fazendeiros. Em relação a religiosidade, os Kapinawá se expressam também nos rituais do Toré, especialmente na representação do sagrado, feita principalmente através das furnas, onde há a crença que estão residindo os seus antepassados (Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil, 2018). Contudo, sua relação com catolicismo, que é aquele popular, místico, amante das novenas e festas, possuindo ligação com o divino como mais um elemento do cotidiano e desprendimento das dimensões de obrigação e culpa.

Já o povo Xukuru, que moram na Serra do Ororubá e em alguns bairros da cidade de Pesqueira, realizam as suas práticas espirituais e rituais religiosos do Toré para se manifestarem com o cosmo. Sua presença nas romarias estes buscam agradecer sobre as bênçãos recebidas e realizar promessas ao pé de Padre Cícero (figura 2).

Figura 2 – Presença do povo Xukuru na estátua de Padre Cícero, colina do Horto, Juazeiro do Norte, Ceará



Fonte: Marcos Cacique (2021).

Os Pankará da Serra do Arapuá têm como referência, a zona urbana do município de Floresta para recorrer principalmente a atendimento médico e o seu processo de reorganização social e étnica iniciou em 2003, em que através do ritual do Toré e com a conexão com os “encantados”, passaram a aderir o etnônimo Pankará da Serra do Arapuá (Mendonça, 2021). Além disso, o português falado na Serra do Arapuá se constitui como uma série de discursos, metáforas e palavras do seu próprio campo linguístico. Mendonça (2021) afirma que um aspecto



central para manutenção da identidade indígena na Serra do Arapuá e que rege sua cosmologia, são os rituais sagrados, tendo como uma das principais formas de expressão o gentio, que são lugares de encanto, constituídos em taipa próximos das casas, com cruzeiro no centro, tendo participação somente de indígenas.

A cidade de Crateús fica localizada no interior do Ceará, contando com a presença de diversas aldeias, entre elas, a Planaltina com os povos Potyguara, Kalabaça e Tabajara que se encontram nas periferias da referida cidade. Os Potyguara lideram o ranking em maior etnia da região, estes tiveram grandes conflitos com os povos não indígenas em virtude do terreno que seria destinado para a criação da escola indígena na comunidade. Neste conflito o Ministério Público e a FUNAI tiveram que ser acionados para uma tentativa de acordo. A língua utilizada por eles em toda a região segue sendo o português, menos em Pernambuco.

O povo Kalabaça está presente principalmente nos municípios de Poranga e também Crateús, ambos localizados no estado do Ceará. Em Crateús, é forte a presença desses povos se divide em toda a cidade, inclusive nas periferias, ainda tem os que não se declaram enquanto parte do movimento indígena. O povo Kalabaça carrega consigo a língua portuguesa enquanto idioma comum a todos. Foi então identificada a participação de indivíduos vindos da etnia Kalabaça de Crateús, nas romarias de Juazeiro do Norte.

O povo Tabajara também vive no município de Crateús, em um número estimado em aproximadamente 889 pessoas (Phillips, 2015) e muitos destes contribuem com as romarias de Juazeiro do Norte. Estes se distribuem na cidade de Crateús nas seguintes aldeias: Nazário, Vila Vitória, Maratoã e Altamira. Vale ressaltar, que para a construção da etnicidade no município de Crateús e de todos os outros municípios que registram a presença indígena, a igreja católica foi fundamental para tal ato e, assim, construíram uma identidade forte com as celebrações e devoções aos lugares santos, como é o caso de Juazeiro do Norte.

O povo Kariri inicia um processo de aparecimento político desde 2007, localizados em Poço Dantas-Umari, no município de Crato, em que são habitadas por cerca de 125 famílias (Nascimento, 2023). Esta população se destaca pela sua forte luta pela terra, os quais vem sendo desalojados para a construção do Cinturão das Águas do Ceará-CAC. Além disso, possui relação singular com a espiritualidade, realizando o Toré, e forte crença em entidades, com a caboclinha da jurema, as rezadeiras e os pretos velhos, mas tendo o sincretismo religioso com catolicismo. As romarias são momentos de cumprimentos religiosos das promessas e agradecimentos as graças alcançadas, onde alguns se penitenciando através de caminhadas.

Os Tapuya Kariri habitam uma pequena área entre os municípios de São Benedito e Carnaubal no Ceará, enfrentando problemas com a demora dos processos administrativos para regularização das terras indígenas. De acordo com Carneiro (2017), em 2007 iniciam um processo de mobilização interna, reivindicando sua identidade indígena, possuindo, atualmente maior afinidade com o município de São Benedito, pois a proximidade facilita o acesso ao centro da cidade, que chamam como a "rua". A autora coloca que a aldeia é distribuída especialmente numa linha reta que vai se desmembrando em várias veredas, onde em determinado ponto se encontra uma espécie de altar com a imagem de alguns santos incluindo o Padre Cícero, figura muito presente na religiosidade do povo Tapuya Kariri, que também



realizam romarias Juazeiro do Norte, tendo em vista que este teria alertado sobre as perseguições que iriam sofrer. Assim, por parte das lideranças Tapuya Kariri mais velhas, as lutas empreendidas até agora são vistas como concretização do que previsto por Padre Cícero (Carneiro, 2017).

Diante desse panorama, se entende que a ligação com as romarias se deve pelos atos de colonização do país, onde a Igreja com seus missionários fizera aldeamentos e aculturação dos povos indígenas. Alguns povos olham com mais criticidade o que é a Igreja, desconfiando que essas procuram ‘civilizar’ e aculturar. Outros, em processo de retomada da sua ancestralidade, ainda não conseguem desvencilhar do catolicismo, mas praticam das romarias buscando unir com sua identidade étnica. Estes têm as igrejas, especialmente a Basílica de Nossa Senhora das Dores, a Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Igreja Senhor Bom Jesus do Horto, como locais sagrados para expressar sua fé e adoração aos santos. Dentre estes santos, há essa sacralidade na figura de Padre Cícero, mesmo que ainda não tendo a santidade reconhecida pela Igreja.

Tais fatos imperaram no cotidiano desses, levando no processo de resistência de sua identidade e sobrevivência estes tomarem as devoções e romarias para combinar com os elementos religiosos de suas crenças. De tal modo, os povos indígenas que vivenciam as romarias trazem consigo as tradições dos seus ancestrais, entoam cantos, fazem danças e rituais para celebrar, encontrar ou mostrar sua espiritualidade e presença. Além disso, a presença desses povos nas romarias também é um meio de terem experiências e conhecimentos das outras culturas e tradições, bem como continuarem a difundir suas tradições. Alguns indígenas permanecem durante um período, outros formam famílias, levando esse deslocamento trazer dinâmicas para o espaço urbano e sua cultura.

Há ainda algumas questões sobre a presença dos povos indígenas nas romarias, como: Desde quando esses deslocamentos são realizados? Fazem para marcar sua presença e identidade, turismo ou pelo sincretismo religioso? Qual a composição etária e de gênero desses grupos? De que forma realizam esses deslocamentos (a pé, carro, ônibus)? Há alguma ajuda de custo de instituições ou movimentos? Deixamos esses questionamentos como indicações para futuras pesquisas sobre esse contexto étnico-cultural-religioso.

REMATE

A estratégia cotidiana dos povos demarcar a presença e visibilidade é o que fundamenta a necessidade deste trabalho. Os povos indígenas seguem marcando e (re)grafando os territórios em seus contextos históricos-geográficos-antropológicos trazendo presente em seus corpos, suas expressões e dimensões espirituais. De tal modo, os ritos e práticas devocionais do catolicismo popular se juntam com as crenças e espiritualidades indígenas, trazendo destaque ao mundo dos encantados, as práticas da jurema e rituais, como é o caso do Toré.

A participação de várias etnias indígenas do Nordeste nas romarias de Juazeiro do Norte evidencia não apenas os resquícios cruéis da catequização, que favoreceu o controle da terra na expansão do capitalismo. Mostra que a mobilidade desses indígenas em romarias é uma forma



política e social de resistência, levando a não haver apagamento e silenciamento da sua presença. Suas espacializações no Nordeste com marcas, seja pelas toponímias ou construções em alusão ao Padre Cícero, não demonstram apenas a transfiguração desse como santo popular, mas a influência que o catolicismo popular tem em suas práticas religiosas e ritualidades.

Nesse sentido, o ato desse primeiro mapeamento dos povos indígenas romeiros que se deslocam para Juazeiro do Norte é de suma importância para o desenvolvimento de outras pesquisas. Elas possibilitam amadurecer a compreensão antropológica, social, histórica e geográfica desses povos a respeito dos contínuos deslocamentos a Juazeiro do Norte. Com isso, poderá se ter contribuições para a valorização das manifestações culturais indígenas, bem como a respeito da diferença étnico-cultural nas romarias, levando ao reconhecimento da presença e fortalecendo as lutas e resistências dos diferentes. Fora que essa análise poderá ver as marcas da influência da colonialidade posta pela Igreja Católica nos indígenas, possibilitando nas tessituras dos movimentos indígenas e instituições que os apoiam repensar maneiras que não haja uma aculturação da sua identidade.

Portanto, identificar a presença indígena nas romarias de Juazeiro do Norte através da produção cartográfica, pode ser uma possibilidade de integrar ou cobrar projetos de políticas públicas para organizações e retomadas de territórios e identidades. Também poderá proporcionar a permanência e valorização de suas manifestações, trazendo condições dignas de praticar suas tradições, ritualidades e cosmovisões. Nessa luta constante, afirmando suas presenças e fazendo estes dossiês corroboram os repertórios de lugares e organizações sociopolíticas dos indígenas de Juazeiro do Norte ao Nordeste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Pró-Reitoria de Extensão – URCA pelo incentivo da bolsa para a realização do projeto, bem como ao Laboratório Quatro Elementos, Laboratório de Estudos e Pesquisa Espaço Urbano e Cultura (LEPEUC) e aos grupos de pesquisa CNPq ‘Imago’ e ‘Geografia e Criatividade’ por todo o suporte para a realização do projeto.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, T. O. **Índios arengueiros: senhores da igreja?** Religião e cultura política dos índios do Ceará oitocentista. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016a.

ANTUNES, T. O. Ser índio e ser cristão: quando a fé mobiliza as lutas políticas dos índios no Ceará. **Revista Historiar**, [S. l.], v. 8, n. 15, 2016b.

ARRUTTI, J. M. **Pankararu**. [S. l.], 26 set. 2023. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankararu>. Acesso em: 26 jul. 2024.



BARBOSA, G. M. História de uma hósta. In: ARAÚJO, R. **Juazeiro do Padre Cícero**. Antologia. Juazeiro do Norte: Gráfica Mascote, 1994.

BENITES, F. J. SILVA, E. H. O índio “integrado” e “assimilado”: a construção de estereótipos sobre os indígenas no Nordeste do Brasil. **Geoconexões (online)**, v.1, n.2, p. 84-102, 2021.

BODART, Cristiano das Neves *et al.* Identidade Coletiva, Performances e Resistência: as experiências da tribo Wassu Cocal. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Pernambuco, 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/228884900>. Acesso em: 26 jul. 2024.

CARVALHO, M. L. B. **Das terras dos índios a índios sem terras. O Estado e os Guarani do Oco'y**: violência, silêncio e luta. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CASTI, Emanuela. Cartographie. In: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (Org.). **Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des societies**. Paris: Belin, 2003. P.134-135. Tradução de trabalho de Fernanda Padovesi Fonseca e Jaime Tadeu Oliva.

CRAMPTON, J.; KRYGIER, J. Uma introdução à cartografia crítica. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: UFRJ-IPPUR, 2008. p. 85-111.

CARNEIRO, F. J. G. **“Nós enverga, mas não quebra”**: identificação, organização e territorialidade entre os Tapuya Kariri“. 2017. 165 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, [S. l.], 2017.

ENCICLOPÉDIA POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. (ed.). **Kapinawa**. [S. l.], 10 ago. 2018. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kapinawa>. Acesso em: 26 jul. 2024.

FARIAS, A. **História do Ceará**. Fortaleza, 5ª edição, 2009.

FERREIRA, G. G. **Educação formal para os índios**: as escolas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nos Postos Indígenas em Alagoas (1940-1967). 2016. 223 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

FERREIRA, A. L. L. **Luta, Suor e Terra**: Campesinato e etnicidade nas trajetórias do povo indígena Tingüi-Botó e comunidade quilombola Guaxinim (AL). 2016. Tese (Doutorado em



Antropologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2016.

KITCHIN, R.; PERKINS, C.; DODGE, M. Thinking about maps. In: KITCHIN, R.; PERKINS, C.; DODGE, M. (Eds.) **Rethinking Maps**. New York: Routledge, 2009.

MARTINS, S. A. C. **Os Caminhos da Aldeia... índios Xucuru-Kariri em Diferentes Contextos Sétuacionais**. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Universidade Federal de Pernambuco, [S. l.], 1993.

MATA, V. L. C. Kariri-Xokó. In: **Kariri-Xokó**. [S. l.], 13 jul. 2018. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kariri-Xok%c3%b3>. Acesso em: 26 jul. 2024.

MELO, M. C. O. **Situação de (in)segurança alimentar e nutricional em índios karapotó da aldeia plak-ô em São Sebastião, estado de Alagoas**. 2009. 150 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

MENDONÇA, C. **Pankará**. [S. l.], 25 jan. 2021. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankar%C3%A1>. Acesso em: 26 jul. 2024.

MURA, C. Circuitos Rituais e fluxos interétnicos no Nordeste. In: 32º Encontro Anual da ANPOCS - Hotel Glória, 27 a 31 de outubro, Caxambu, Minas Gerais, Brasil. ANPOCS 2008, Caxambu. **Anais do 32º Encontro Anual da ANPOCS**, 2008.

MURA, C. **Todo mistério tem dono!** Ritual, política e tradição de conhecimento entre os Pankararu. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

NASCIMENTO, F. J. S. **O aparecimento político e o repertório de lugares dos Cariri de Poço Dantas-Umari, Crato - Ceará**. 2023. 110 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

NEVES, R. C. M.; FIALHO, Vânia. **Xukuru**. [S. l.], 25 jan. 2021. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>. Acesso em: 26 jul. 2024.

OLIVEIRA, A. **Povo Wassu Cocal: Terra, Religiões e Conflitos**. 2017. 199 f. Dissertação (Pós- Graduação em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Sergipe -UFS, São Cristóvão, 2017.

OLIVEIRA, J. P. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.



OLIVEIRA, J. P. Uma Etnologia Dos “Índios Misturados”? Situação Colonial, Territorialização E Fluxos Culturais. **MANA**, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

OLIVEIRA, P. W. A. de. **SER-TÃO romeiro**: a memória hierofânica do catolicismo popular sertanejo e sua espacialização em Juazeiro do Norte – CE. 2019. 207 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

PALSKY, G. Cartographie participative, cartographie indisciplinée. **L'Information géographique**, v. 77, n. 4, 2013, p. 10-25.

PEREIRA, C. E. G. **Narrativas cartográficas sobre o agroextrativismo do babaçu em Arajara, Barbalha (CE)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

PEREIRA, W. P. José Bonifácio e a questão indígena no projeto de construção do Estado nacional brasileiro: uma apresentação de “Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil” (1823). In: PAREDES, B.; et. al. **O Mundo Indígena na América Latina**: Olhares e Perspectivas, 2018.

PHILLIPS, D. J. Tabajara: Indígenas do Brasil. In: **Os Primeiros Povos do Brasil**. [S. l.], 28 out. 2015. Disponível em: <https://antropos.org.uk/260-tabajara/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

RODRIGUES, M. A.; et. al. Dentre fronteiras, mobilidade e Estado: Onde estão os povos indígenas?. **Revista GeoPantanal**, v. 18, p. 181-202, 2023.

RODRIGUES, Y. F. S.; PEIXOTO, J. A. L. A mulher Jeripankó e sua relação com o território imaterial. In: IX Encontro de História: Emancipação, Conflitos Socioculturais e Construção Política nas Alagoas, 2017, MACEIÓ. **Anais do IX Encontro de História**: Emancipação, Conflitos Socioculturais e Construção Política nas Alagoas, MACEIÓ, 2017. p. 780-789.

SAMPAIO, J. A. L. De caboclo a índio: Etnicidade e organização social e política entre povos indígenas contemporâneos no Nordeste do Brasil: o caso Kapinawá. **Cadernos do Leme**, Campina Grande, v. 3, n. 2, p. 88-191, 2011.

SALVADOR, D. S. C. de O. Das perspectivas técnicas e supra-orgânicas às representacionais: Breves reflexões sobre as abordagens geográficas acerca da cultura. **HOLOS**, [S. l.], v. 2, p. 27-44, 2008.

SANTOS, G. V. O movimento indígena contemporâneo no contexto dos conflitos no campo. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 52, p. 323- 359, 2019.



SEEMANN, J. **Carto-crônicas**: uma viagem pelo mundo da cartografia. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013.

SEEMANN, J. Mapping religious phenomena: A cultural-cartographic approach. **Espaço e Cultura** (UERJ), n. 36, p. 115-138, 2014.

SILVA, C. B. M. Os Índios Fortes: aspectos empíricos e interpretativos do xamanismo Kariri-Xocó. In: ALMEIDA, L. S.; GALINDO, M.; ELIAS, J. L. (Orgs.). **Índios do Nordeste**: temas e problemas – II. Maceió: EDUFAL, 2000. p.315-346.

SILVA, J. S. G. Xukuru-Kariri: cultura, tradição e cemitérios indígenas em Palmeira dos Índios/AL. **Artigo, Clind/Uneal**, 2015.

SOUTO, R. D. Cartografia 2.0 e participação. In: SOUTO, R. D, MENEZES, P. M. L. de e FERNANDES, M. do C. **Mapeamento Participativo e Cartografia Social**: aspectos conceituais e trajetórias de pesquisa. Rio de Janeiro: Edição da autora (Raquel Dezidério Souto), 2021, v. 1, p. 44-59.

HISTÓRICO

Submetido: 31 de março de 2024.

Aprovado: 11 de outubro de 2024.

Publicado: 23 de dezembro de 2024.

DADOS DO(S) AUTOR(ES)

Cassio Expedito Galdino Pereira

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) e vice-líder do grupo de pesquisa Imago (CNPq), vinculado ao Laboratório de Estudo e Pesquisa em Espaço Urbano e Cultura (LEPEUC) do Departamento de Geociência (DEGEO) da Universidade Regional do Cariri (URCA). Endereço para correspondência: Rua Cel. Antonio Luiz, 1161, Pimenta, Crato, Ceará, Brasil, CEP: 63105-000.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0987-6258>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1713601175264330>.

E-mail: cassio.expedito@gmail.com.

Maria Raynara de Brito Macedo

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Atualmente é bolsista de Iniciação Científica da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) da Universidade Regional do Cariri (URCA). Endereço para correspondência: Rua Cel. Antonio Luiz, 1161, Pimenta, Crato, Ceará, Brasil, CEP: 63105-000.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9480-7555>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8693580208864975>.

E-mail: mariaraynara.britomacedo@urca.br.

Fabiana Gonçalves de Souza

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Atualmente é bolsista de Iniciação Científica da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) da Universidade Regional do Cariri (URCA). Endereço para correspondência: Rua Cel. Antonio Luiz, 1161, Pimenta, Crato, Ceará, Brasil, CEP: 63105-000.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7806-4616>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6817444910751364>.

E-mail: fabiana.souza@urca.br.



Francisco Joedson da Silva Nascimento

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e pesquisador do grupo de pesquisa Imago (CNPq), vinculado ao Laboratório de Estudo e Pesquisa em Espaço Urbano e Cultura (LEPEUC) do Departamento de Geociência (DEGEO) da Universidade Regional do Cariri (URCA). Endereço para correspondência: Rua Cel. Antonio Luiz, 1161, Pimenta, Crato, Ceará, Brasil, CEP: 63105-000.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8135-1942>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7793611324521205>.

E-mail: joedsonfsn@gmail.com.

Emerson Ribeiro

Doutor em Geografia Humana pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP). Professor Adjunto do Departamento de Geociências (DEGEO) da Universidade Regional do Cariri (URCA), pertencendo ao professor do quadro permanente do Mestrado Profissional em Educação da URCA e do Mestrado Profissional em Geografia da URCA, bem como professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Endereço para correspondência: Rua Cel. Antonio Luiz, 1161, Pimenta, Crato, Ceará, Brasil, CEP: 63105-000.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9520-0974>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6808110433438335>.

E-mail: emerson.ribeiro@urca.br.

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT

PEREIRA, C. E. G.; MACEDO, M. R. B.; SOUZA, F. G.; NASCIMENTO, F. J. S. RIBEIRO, E. Mapeando o deslocamento dos povos indígenas em meio as romarias para Juazeiro do Norte, Ceará. **Revista GeoUECE**, Fortaleza (CE), v. 13, n. 25, e12800, 2024.